

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A - FOTE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Regulatórias, que descreve a base de preparação e apresentação dessas Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas Demonstrações Contábeis Regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Ênfase – Fase pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação. Conseqüentemente, o início das operações e geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto em seu plano de negócio, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, sejam esses recursos dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros Assuntos

A Companhia preparou um conjunto de Demonstrações Contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas Demonstrações Contábeis Regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas

relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

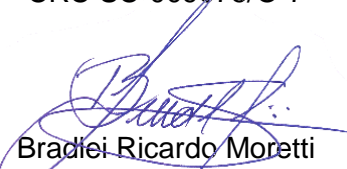
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 29 de abril de 2019.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7



Bradlei Ricardo Moretti

Contador CRC SC-023618/O-6

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A - FOTE

CNPJ/MF nº 19.438.891/0001-90 – NIRE 423.0004035-5
Companhia Fechada

Índice

Demonstrações contábeis regulatórias revisadas

Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
 Balanços patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.273	2.763
Concessionárias e permissionárias	4	1.221	338
Tributos compensáveis		1	274
Despesas pagas antecipadamente		464	7
Estoque		428	428
Outros ativos circulantes		-	1
		3.387	3.811
Ativo de operação descontinuadas			
Bens destinados a alienação			
Ativo não circulante			
Imobilizado	5	161.969	115.102
Intangível	5	6.573	4.248
		168.542	119.350
Total do Ativo		171.929	123.161
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	7	21.257	2.253
Obrigações sociais e trabalhistas		100	96
Obrigações tributárias		818	303
Encargos setoriais		80	29
Outras obrigações		631	1
		22.886	2.682
Passivo de operação descontinuadas			
Passivo não circulante			
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	8.a	128.324	54.870
Recursos para aumento de capital	8.b	25.510	73.465
Lucros/ Prejuízos acumulados		(4.791)	(7.856)
Total do patrimônio líquido		149.043	120.479
Total do passivo e patrimônio líquido		171.929	123.161

Fronteira Oeste Transmissor de Energia S/A – FOTE
 Demonstrações dos resultados
 Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

	Notas	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Operações em continuidade	10	10.974	3.872
Receita / Ingresso			
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	10	10.974	3.872
Tributos		(985)	(350)
PIS-PASEP		(176)	(63)
Cofins		(809)	(287)
Encargos - Parcela "A"		(132)	(48)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(95)	(35)
Reserva Global de Reversão - RGR		-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(37)	(13)
Receita líquida / Ingresso líquido		9.857	3.474
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Custo operacional e manutenção	11	(3.355)	(1.272)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		6.502	2.202
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(2.537)	(1.693)
Pessoal e administradores	9/11	(1.085)	(865)
Serviços de terceiros	11	(1.356)	(766)
Tributos	11	(26)	(7)
Outros	11	(70)	(55)
Resultado da Atividade		3.965	509
Equivalência patrimonial			
Resultado Financeiro		(132)	(1.097)
Despesas financeiras		(257)	(2.326)
Receitas financeiras		125	1229
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		3.833	(588)
Despesas com imposto sobre lucro		(768)	-
Operações descontinuadas			
Resultado líquido do exercício		3.065	(588)

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Resultado do exercício	3.065	(588)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	3.065	(588)

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquidos
 Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro 2016		23.215	(7.268)	31.655	47.602
Adiantamento para futuro aumento de capital social		-	-	73.465	73.465
Integração de capital social		31.655	-	(31.655)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	(588)	-	(588)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		54.870	(7.856)	73.465	120.479
Adiantamento para futuro aumento de capital social		-	-	(47.955)	(47.955)
Integração de capital social		73.454	-	-	73.454
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	3.065	-	3.065
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8	128.324	(4.791)	25.510	149.043

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Atividades operacionais	3.065	(588)
Recebimentos de clientes	(883)	84
Outros recebimentos	-	6
Pagamentos a fornecedores	19.004	(27.113)
Pagamentos a empregados	4	13
Despesas antecipadas	(457)	19
Estoque	-	(21)
Imposto de renda e contribuição social pagos	516	
Encargos Setoriais	51	12
Impostos a recuperar	273	(257)
Outros	631	-
Impostos e contribuições	-	174
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	<u>22.204</u>	<u>(27.671)</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(46.867)	(42.816)
Aquisição de intangíveis	(2.326)	(687)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de Investimento	<u>(49.193)</u>	<u>(43.503)</u>
Atividades de financiamento		
Ingresso de capital	73.454	31.655
Adiantamento para futuro aumento de capital	(47.955)	41.810
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de Financiamento	<u>25.499</u>	<u>73.465</u>
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.490)</u>	<u>2.291</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.763	472
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.273	2.763
	<u>(1.490)</u>	<u>2.291</u>

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

1. Informações gerais

A Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE (a "FOTE" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2013 e está estabelecida na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Sala Y – Pantanal – 88040-901 – Florianópolis, SC.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Contrato de concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 07/2014 - ANEEL, datado de 29 de janeiro de 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

SE 230/138 kV Santa Maria 3 – 2 x 83 MVA (novo pátio);

SE 230/138 kV Pinhalzinho – 3 x 150 MVA;

LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará, 205 km, C2;

LT 230 kV Pinhalzinho - Foz do Chapecó, 40 km, C1;

LT 230 kV Pinhalzinho - Foz do Chapecó, 40 km, C2.

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 48 meses da SE Pinhalzinho e LT Pinhalzinho C2 e 30 meses para as demais instalações, após a assinatura do contrato.

A Subestação 230/138kV Santa Maria 3, entrou em operação comercial no dia 19/05/2016 e a LT 230 kV Pinhalzinho – Foz do Chapecó C1 entrou em operação no dia 28/02/2018, já a LT 230 kV Pinhalzinho – Foz do Chapecó C2 está em processo de licenciamento ambiental e a LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará iniciou as obras no dia 01/06/2018 com previsão para conclusão em 05/2019.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em 16.286, que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e será devida a partir do início da operação comercial. Em 26/06/2018, foi estabelecida, através da resolução homologatória nº 2.408, a nova RAP da Companhia em 21.827, líquida de PIS e COFINS.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custo de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão dos lotes e subestação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A Companhia possui capital autorizado de 150.000, sendo que as subscrições e integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias ("DCR") foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador descritos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – versão 2015 e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi autorizado pela administração em 29 de abril de 2019.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatório

Ativos e passivos regulatórios:

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2018. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso:

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

(a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;

(b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;

(c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e

(d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível:

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão:

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita:

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Concessionárias e permissionárias

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas ao serviço de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

VALORES CORRENTES								
DESCRIÇÃO - R\$ Mil	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				31/12/2018	31/12/2017
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Suprimento Energia - Moeda Nacional							-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira							-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.221						1.221	338
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado							-	-
TOTAL	1.221	-	-	-	-	-	1.221	338

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

5. Imobilizado e Intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	31/12/2018	31/12/2017
Transmissão	24.062	58.965	-	-	-	83.027	58.965	(3.939)	79.088	22.690
Terrenos	-	1.475	-	-	-	1.475	1.475	-	1.475	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	926	8.089	-	-	-	9.015	8.089	(940)	8.075	885
Máquinas e Equipamentos	23.086	49.363	-	-	-	72.449	49.363	(2.996)	69.453	21.760
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	50	38	-	-	-	88	38	(3)	85	45
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	31/12/2018	31/12/2017
Transmissão	92.411	65.064	(13.639)	(60.945)	-	82.881	17.768	-	82.881	92.412
Máquinas e Equipamentos	89.354	49.971	(10.472)	(59.470)	-	69.383	973	-	69.383	89.355
Terrenos	1.334	142	-	(1.475)	-	1	(1.333)	-	1	1.334
A ratear	630	447	(10)	-	-	1.067	457	-	1.067	630
Adiantamento a Fornecedor	1.093	14.504	(3.167)	-	-	12.430	17.671	-	12.430	1.093
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	116.473	124.029	(13.639)	(60.945)	-	165.908	76.733	(3.939)	161.969	115.102

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (“DCR”)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	4.248	2.378	(2.065)	(53)	-	4.508	4.390	4.508	4.248
Servidões	3.552	33	(2.065)	-	-	1.520	2.098	1.520	3.552
Adiantamento a Fornecedor	194	2.222	-	(46)	-	2.370	2.176	2.370	194
Depósitos Judiciais	502	123	-	(7)	-	618	116	618	502
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	-	2.065	-	-	-	2.065	2.065	2.065	-
Servidões	-	2.065	-	-	-	2.065	2.065	2.065	-
Subtotal	-	2.065	-	-	-	2.065	2.065	2.065	-
Total Ativo Intangível	4.248	4.443	(2.065)	(53)	-	6.573	6.455	6.573	4.248

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

	Taxas Anuais medias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido
Em serviço				
Transmissão	-	-	-	-
Custo histórico	4,30%	83.027	3.939	79.088
Correção monetária especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
	-	83.027	3.939	79.088
Em curso				
Transmissão	-	82.881	-	82.881
Administração	-	-	-	-
	-	82.881	-	82.881
Total	-	165.908	3.939	161.969

Composição das adições do imobilizado em curso no exercício são como segue:

	Máquina Equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra Própria	Outros gastos	Total
Em Curso					
Terrenos	-	-	-	1	1
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	69.383	-	-	-	69.383
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
A ratear	-	1.067	-	-	1.067
Desenvolvimento de projetos	-	-	-	-	-
Transformação, fabricação e reparo de	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-
Material em depósito	-	-	-	-	-
Compras em andamento	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	12.430	12.430
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
	69.383	1.067	-	12.431	82.881

6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O saldo de caixa refere-se a suprimento para pagamento de despesas eventuais. O montante de R\$ 1.266 refere-se a aplicações financeiras de renda fixa (CDB) no Banrisul com rendimento de 100% CDI.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Abaixo demonstramos a aberturas dos Ativos Financeiros – R\$ Mil:

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros	-	-	-	1.891
Caixa e Aplicações Financeiras	7	1.266	-	1.273
Caixa e Bancos	7	-	-	7
Aplic. Financ. CDB	-	1.266	-	1.266
Aplic. Financ. Fundo Premium	-	-	-	-
Mútuos ativos	-	618	-	618
Cheques a compensar	-	618	-	618

7. Fornecedores

O saldo de fornecedores é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissões. Os valores são reconhecidos quando ocorrem as respectivas medições e aceites de cada fase da obra, obedecendo ao cronograma físico/econômico, determinando em contrato com o empreiteiro.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Materiais	17.477	8
Serviços	3.029	1.494
Outros	751	751
Total	21.257	2.253

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social autorizado é de 150.000.

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% do Capital Social</u>
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	65.446	51%
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	62.879	49%
Total	128.325	100%

b) Recursos para aumento de capital

O saldo no montante de R\$ 25.510 (Vinte cinco milhões, e quinhentos e dez mil) está composto por valores recebidos dos acionistas como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	13.010	39.917
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	12.500	33.548

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Total	25.510	73.465
--------------	---------------	---------------

9. Pessoal e administradores

A remuneração do pessoal chave da administração, que contempla a diretoria e conselho, durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 1.085 (R\$ 865 em 31 de dezembro de 2017).

10. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	10.974	3.872
(-) Deduções	(1.117)	(398)
Receita Operacional Líquida	9.857	3.474

11. Despesas por natureza

Despesa por função	31/12/2018	31/12/2017
Custo de O & M	(3.355)	(1.272)
Total	(3.355)	(1.272)

Despesa por Natureza	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(1.085)	(865)
Serviço de terceiros	(1.356)	(767)
Tributos	(26)	(7)
Aluguéis	(70)	(54)
Total	(2.537)	(1.693)

12. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no manual de contabilidade do setor elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A composição das diferenças entre as demonstrações contábeis societárias para as demonstrações contábeis regulatórias, do período findo em 31 de dezembro de 2018 estão demonstrados a seguir:

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.273	-	1.273	2.763	(59)	2.822
Concessionárias e permissionárias	1.221	-	1.221	338	-	338
Estoque	428	-	428	428	-	428
Tributos Compensáveis	1	-	1	274	-	274
Despesas Pagas Antecipadamente	464	-	464	7	(1)	8
Ativo financeiro	-	-	-	-	(5.584)	5.584
Ativo contratual	-	(12.272)	12.272	1	1	-
	3.387	(12.272)	15.659	3.811	(5.643)	9.454
Ativo não circulante						
Ativo Financeiro - Amortizável Rap	-	-	-	-	(56.432)	56.432
Ativo Financeiro - Indenizável	-	-	-	-	(15.070)	15.070
Tributos diferidos	-	(13.819)	13.819	-	(24.141)	24.141
Ativo Contratual	-	(121.928)	121.928	-	-	-
Imobilizado	161.969	161.969	-	115.102	115.102	-
Intangível	6.573	6.573	-	4.248	4.248	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo não circulante	168.542	32.795	135.747	119.350	23.707	95.643
Total do Ativo	171.929	20.523	151.406	123.161	18.064	105.097

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	21.257	-	21.257	2.253	-	2.253
Obrigações sociais e trabalhista	100	-	100	96	-	96
Tributos	818	-	818	303	-	303
Encargos setoriais	80	-	80	29	-	29
Provisão para uso do bem publico	-	-	-	-	-	-
Outros passivos Circulante	631	-	631	1	(58)	59
	22.886	-	22.886	2.682	(58)	2.740
Passivo não circulante						
Impostos diferidos	-	-	-	-	(8.161)	8.161
Total do Passivo não Circulante	-	-	-	-	(8.161)	8.161
Patrimônio Líquido						
Capital Social	128.324	(1)	128.325	54.870	-	54.870
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	25.510	-	25.510	73.465	-	73.465
Lucros ou Prejuízos acumulados	(4.791)	20.524	(25.315)	(7.856)	26.283	(34.139)
Resultado do período	-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	149.043	20.523	128.520	120.479	26.283	94.196
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	171.929	20.523	151.406	123.161	18.064	105.097

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Receita / Ingresso	10.974	(23.328)	34.302	3.872	(54.704)	58.576
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	10.974	10.974	-	3.872	3.872	-
Receita de serviços de O & M	-	(4.438)	4.438	-	(1.195)	1.195
Receitas com ativo financeiro	-	-	-	-	(12.869)	12.869
Receita de Construção	-	(21.676)	21.676	-	(44.512)	44.512
Receita com ativo contratual	-	(8.188)	8.188	-	-	-
Tributos	(985)	-	(985)	(350)	-	(350)
PIS-PASEP	(176)	-	(176)	(63)	-	(63)
Cofins	(809)	-	(809)	(287)	-	(287)
Encargos - Parcela "A"	(132)	-	(132)	(48)	-	(48)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(95)	-	(95)	(35)	-	(35)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(37)	-	(37)	(13)	-	(13)
Receita líquida / Ingresso líquido	9.857	(23.328)	33.185	3.474	(54.704)	58.178
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	-	49.220	(49.220)	-	-	-
Custo operacional e manutenção	(3.355)	(2.565)	(790)	(1.272)	(1.009)	(263)
Custo de Construção	-	-	-	-	44.512	(44.512)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.502	23.327	(16.825)	2.202	(11.201)	13.403
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(2.537)	(1)	(2.536)	(1.693)	52.219	(53.912)
Pessoal e administradores	(1.085)	-	(1.085)	(865)	-	(865)
Serviços de terceiros	(1.356)	-	(1.356)	(766)	55	(821)
Outros	(70)	(1)	(69)	-	-	-
Tributos	(26)	-	(26)	(7)	-	(7)
Impairment sobre o ativo financeiro	-	-	-	(55)	52.164	(52.219)
Resultado da Atividade	3.965	23.326	(19.361)	509	41.018	(40.509)
Resultado Financeiro	(132)	-	(132)	(1.097)	-	(1.096)
Despesas financeiras	(257)	-	(257)	(2.326)	-	(2.325)
Receitas financeiras	125	-	125	1229	-	1.229
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	3.833	23.326	(19.493)	(588)	41.018	(41.605)
Despesa com impostos sobre os lucros	(768)	(12.677)	11.909	0	(15.556)	15.556
Resultado líquido do exercício	3.065	10.649	(7.584)	(588)	25.462	(26.049)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

13.1 Ativo contratual de concessão:

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Ativo de Concessão – contratual – A Companhia classificou seu ativo de concessão como ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual origina da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) atualizado pela taxa que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto, e (i) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

13.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste 24.1. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias ("DCR")

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

Devido ao reconhecimento dos ativos de contratuais, conforme CPC 47, os bens considerados imobilizados e intangíveis não são registrados na Contabilidade Societária, no caso de contrato de concessão. Para os imobilizado e intangíveis é feito o estorno na contabilidade societária.

13.3 Impostos diferidos

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

13.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

31/12/2018

Saldo fim do exercício societário:	128.520
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade Societária versus regulatória	-
Reserva legal	-
Lucro/ Prejuízo acumulado	20.524
Saldo no fim do exercício Regulatório	149.044

13.5 Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

13.6 Custo de construção

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção que corresponde aos valores imobilizados em curso.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias (“DCR”)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

DIRETORIA EXECUTIVA

Wilson João Cignachi

Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Manuel Macedo de Matos

Diretor Técnico

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Luiz Búrigo

Contador CRC-SC 035714/O-5

Florianópolis, 29 de abril de 2019